

A young boy with brown hair, wearing a light blue shirt and a dark jacket, is sitting at a red table in a library, reading a large open book. The background is filled with bookshelves. A large green shape is overlaid on the top right of the image.

# Contradições e Desafios na Educação Brasileira 2

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

**Willian Douglas Guilherme**

(Organizador)

# **Contradições e Desafios na Educação Brasileira**

**2**

Atena Editora

2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| C764  | Contradições e desafios na educação brasileira 2 [recurso eletrônico]<br>/ Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR:<br>Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação<br>Brasileira; v. 2)<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br>Modo de acesso: World Wide Web<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-85-7247-374-3<br>DOI 10.22533/at.ed.743190106<br><br>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.<br>3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.<br><br>CDD 370.710981 |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>   |   |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 2º Volume, estes pontos comuns convergiram nas temáticas “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 13 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados em torno das “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e abordamos a “Educação especial, família, práticas e identidade”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| A CONTRIBUIÇÃO DE UM FÓRUM PARTICIPATIVO NO ENTENDIMENTO DA<br>FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS DITO COMO O “IDEAL”                  |           |
| <i>Klenicy Kazumy de Lima Yamaguchi</i><br><i>Antônio Geilson Matias Monteiro</i><br><i>Maria Aparecida Silva Furtado</i>             |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901061</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>14</b> |
| A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CONEXÃO DE SABERES: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS<br>DO FAZER PEDAGÓGICO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR           |           |
| <i>Dennys Gomes Ferreira</i><br><i>Milton Melo dos Reis Filho</i>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901062</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>26</b> |
| A OLIMPÍADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO BRASIL COMO UMA POLÍTICA<br>PÚBLICA DE REVITALIZAÇÃO DO APRENDIZADO                               |           |
| <i>José Luiz Pereira de Moraes</i>  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901063</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>34</b> |
| A QUÍMICA DOS SOLOS: O ENSINO DE CIÊNCIAS SOB O OLHAR ATENTO EM<br>SALA DE AULA   |           |
| <i>Luana Marciele Morschheiser</i><br><i>Jéssica Scherer Baptaglin</i><br><i>Claudia Almeida Fioresi</i><br><i>Gisele Louro Peres</i> |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901064</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>48</b> |
| A QUÍMICA NO PROCESSO ALIMENTAR: FUNÇÕES QUÍMICAS E REAÇÕES<br>QUÍMICAS DOS ALIMENTOS   |           |
| <i>Jéssica Scherer Baptaglin</i><br><i>Luana Marciele Morschheiser</i><br><i>Claudia Almeida Fioresi</i><br><i>Gisele Louro Peres</i> |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901065</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>61</b> |
| A SEQUÊNCIA DE ENSINO INVESTIGATIVO NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ANOS<br>INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL                                  |           |
| <i>Márcia Santos Anjo Reis</i><br><i>Denise de Castro Assis</i>   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901066</b>  |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>74</b>  |
| CONHECIMENTO MATEMÁTICO, EMANCIPAÇÃO HUMANA E LIBERDADE   |            |
| <i>Robson André Barata de Medeiros</i>  |            |
| <i>Lana Jennyffer Santos Nazareth</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901067</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>85</b>  |
| CONTRIBUIÇÕES DE ACADÊMICOS ESPECIALISTAS EM ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERIFERIA DA CONSTRUÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BRASILEIRA |            |
| <i>Cláudia Lino Piccinini</i>   |            |
| <i>Rosa Maria Correa das Neves</i>  |            |
| <i>Maria Carolina Pires de Andrade</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901068</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>100</b> |
| LUDICIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL   |            |
| <i>Simone Cardoso Silva</i>   |            |
| <i>Vívian da Silva Lobato</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7431901069</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>106</b> |
| O DESENHO INFANTIL E A RELAÇÃO COM A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  |            |
| <i>Jennifer Damiane Baia Vila Nova</i>  |            |
| <i>Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010610</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>112</b> |
| TICAS DE MATEMA NA MATEMÁTICA ESCOLAR: TRANSDISCIPLINARIDADE E ENSINO DE MATEMÁTICA   |            |
| <i>Adauto Nunes da Cunha</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010611</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>127</b> |
| A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ALGUMAS CRÍTICAS À LÓGICA DE MERCADO  |            |
| <i>Rosane Toebe Zen</i>   |            |
| <i>Maria Cristina Da Silveira Galan Fernandes</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010612</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>141</b> |
| A IMPORTÂNCIA DA TEORIA CRÍTICA DO CURRÍCULO PARA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ   |            |
| <i>Madison Rocha Ribeiro</i>  |            |
| <i>Rosilândia de Souza Rodrigues</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010613</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>148</b> |
| ABORDAGEM TEMÁTICA FREIREANA: INTERVENÇÃO ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NO CONTEXTO ESCOLAR             |            |
| <i>Juliete Gomes Póss Asano</i>  |            |
| <i>Priscila Carozza Frasson Costa</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010614</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>160</b> |
| ADVANTAGES AND DISADVANTAGES OF DISTANCE EDUCATION: LOSSES AND WINNINGS  |            |
| <i>Felipe Santana Machado</i>  |            |
| <i>Aloysio Souza de Moura</i>  |            |
| <i>Ravi Fernandes Mariano</i>  |            |
| <i>Carla Gonçalo Domiciano</i>   |            |
| <i>Rosângela Alves Tristão Borém</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010615</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>167</b> |
| ARQUIVO E AUTORIA EM LIVROS DIDÁTICOS DE ESPANHOL: O FUNCIONAMENTO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL |            |
| <i>Elen Cristina Nascimento Coelho</i>   |            |
| <i>Soraya Maria Romano Pacífico</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010616</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>178</b> |
| AVALIAÇÃO NOS CICLOS PEDAGÓGICOS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS  |            |
| <i>Ana Carolina Souza Azevedo</i>  |            |
| <i>Ireuda da Costa Mourão</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010617</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>191</b> |
| AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (ANA): UMA POLÍTICA DE REGULAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO(?)                         |            |
| <i>Fernanda Barros Ataídes</i>   |            |
| <i>Simone Freitas Pereira Cost</i>   |            |
| <i>Olenir Maria Mendes</i>   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010618</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>202</b> |
| CÂMARA DE NUVENS: UMA PROPOSTA EXPERIMENTAL DIDÁTICA   |            |
| <i>Lucas Maquedano da Silva</i>  |            |
| <i>Pedro Haerter Pinto</i>   |            |
| <i>João Marcos Fávaro Lopes</i>  |            |
| <i>Fernando Tiemi Karia</i>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.74319010619</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>211</b> |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA DE MONITORIA |            |
| <i>Dhessica da Silva Lima</i>  |            |
| <i>Debora Brito Lima</i>   |            |



**CAPÍTULO 21 ..... 216**

DIÁLOGOS SOBRE O CURRÍCULO INTEGRADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, EM BRAGANÇA-PA

*Mequias Pereira de Oliveira*

*Magda Sousa Santana*

*Rogério Andrade Maciel*

**DOI 10.22533/at.ed.74319010621**

**CAPÍTULO 22 ..... 225**

DIFICULDADES ESTRUTURAIS ENFRENTADAS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DAS ZONAS CENTRO-OESTE E LESTE DA CIDADE DE MANAUS/AM

*Dennys Gomes Ferreira*

*Érika Morgana Felix do Nascimento*

**DOI 10.22533/at.ed.74319010622**

**CAPÍTULO 23 ..... 237**

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO BRASIL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DAS CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

*Pedro Paulo Souza Brandão*

**DOI 10.22533/at.ed.74319010623**

**CAPÍTULO 24 ..... 243**

O MAL-ESTAR NO TRABALHO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

*Camila Carolina Alves Assis*

*Laís Leni Oliveira Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.74319010624**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 249**

## AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (ANA): UMA POLÍTICA DE REGULAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO(?)

**Fernanda Barros Ataídes**

Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia-MG

**Simone Freitas Pereira Cost**

Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia-MG

**Olenir Maria Mendes**

Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia-MG

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo realizar uma abordagem teórica sobre a ANA e analisar criticamente a atuação desta política como uma ferramenta de regulação e/ou de emancipação. Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos bases teóricas alicerçadas em escritos científicos sobre o tema central, por meio de estudo bibliográfico; caracterização descritiva explicativa sobre o assunto e análise crítica, abordando sua condição de ferramenta reguladora ou emancipadora no processo educativo. Para o Estado os resultados da ANA mostram, com mais clareza e precisão, o desempenho dos/as estudantes, o que permite uma análise destes resultados para se então realizar possíveis mudanças das políticas públicas sobre a educação básica brasileira. No entanto, estes resultados têm sido utilizados para classificar, comparar, segregar, selecionar estudantes, responsabilizar escolas

e profissionais da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** ANA. Políticas Educacionais. Avaliação Externa.

**ABSTRACT:** This study has as objective a theoretical approach on ANA and critically analyze the performance of this policy as a tool for regulation and/ or emancipation. For the development of the study, we used theoretical bases, based on scientific writings about the central theme, through a bibliographic study; descriptive explanatory characterization on the subject and critical analysis, approaching its condition of regulating or emancipating tool in the educative process. For the State, the results of ANA shows, more clearly and accurately, the performance of the students, which allows an analysis of these results in order to make possible changes in public policies on Brazilian basic education. However, these results have been used to classify, compare, segregate, select students, hold schools and education professionals.

**KEYWORDS:** ANA. Educational Policies. External Evaluation.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, realizar uma abordagem teórica sobre a

Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e analisar criticamente a atuação desta política como uma ferramenta de regulação e/ou de emancipação, a partir de um cenário educacional preocupante, em que a avaliação em larga escala vem assumindo um papel de centralidade em todo o processo educativo, inclusive no ciclo da alfabetização, com o objetivo de aferir a qualidade da educação e monitorar o sistema educacional brasileiro.

Aplicada pela primeira vez em novembro de 2013, a ANA é uma das iniciativas do Governo Federal, para acompanhar a eficácia do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), instituído em 2012, que, de acordo com o discurso oficial, tem como meta alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. Sua aplicação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e se constitui em uma avaliação externa censitária. Os resultados da ANA são analisados e publicados pelo INEP, a fim de subsidiar políticas públicas de melhoria no processo educacional, em especial, na alfabetização.

Partindo-se de tal informação, nosso escrito se pauta em realizar uma abordagem crítico-teórica sobre a ANA, levando-nos ao seguinte questionamento sobre sua real finalidade: Será que a ANA consiste em uma política pública de avaliação externa regulatória e/ou emancipatória? Logo, para respondermos a pergunta, buscaremos nos apoiar em autores e autoras que se pautam em uma concepção dialógica, que pensam a educação como uma prática libertadora, emancipatória, que acreditam na construção do conhecimento e superação do senso comum.

Assim, de acordo com Cocco e Sudbrack (2012, p. 2),

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle, de regulação ou de emancipação, dependendo da forma como será planejada, aplicada e como os resultados obtidos serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimentos e exercício da democracia.

Conforme análise de Sobrinho (2008), a avaliação necessita produzir sentidos, articular globalmente os diferentes e múltiplos:

[...] aspectos constitutivos da educação, como os sentidos e valores da cognição, da autonomia moral, da vida social e pública e do conhecimento, que desenvolve a sociedade e eleva o espírito humano. Deve construir os campos sociais de discussão e valoração a respeito dos processos, contextos, produtos, objetivos, procedimentos, estruturas, causalidades, metas de superação, condições de produção das atividades educativas, sentidos e impactos na formação dos cidadãos e na construção da sociedade democrática. Então, não pode restringir-se a meros instrumentos estáticos, a só explicações do passado, nem há de ser simples controle e medida do já-feito. É processo dinâmico de comunicação, em que avaliadores e avaliados se constituem mutuamente. (SOBRINHO, 2008, p. 194).

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de reconhecer, identificar e delimitar a problemática de nossa pesquisa com a temática avaliação externa no âmbito da ANA, realizamos uma análise crítica sobre a atuação desta política pública, tentando responder o seguinte questionamento norteador: Seria a ANA uma ferramenta avaliativa de regulação e/ou de emancipação? A partir de um cenário educacional preocupante, em que a avaliação em larga escala vem assumindo um papel de centralidade em todo o processo educacional, inclusive no ciclo da alfabetização, com o objetivo de aferir a qualidade da educação e monitorar o sistema educacional brasileiro é que buscaremos encontrar respostas para nosso estudo.

Sousa (1994) citada por Freitas (2007) ressalta que o interesse por este campo da educação no Brasil data desde a década de 1930.

Como corrobora Freitas (2007) ao relatar:

[...] que foram necessários cerca de cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzida como prática sistemática no governo da educação básica brasileira (FREITAS, 2007, p. 51).

Destarte, somente a partir da década de 1980 é que as avaliações em larga escala se consolidaram como políticas públicas educacionais no Brasil, tendo como marco histórico inicial, segundo Davis e Dietzsch (1983); Gatti (1993); Queiroz (1997); Gomes Neto e Rosenberg (1995); e Freitas (2007) o primeiro projeto de educação básica para o Nordeste brasileiro, EDURURAL (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro). Este projeto incluía uma avaliação para determinar os fatores que influenciavam o rendimento escolar e a estudar o custo/eficácia dos insumos educacionais do projeto, nos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco nos anos de 1981, 1983 e 1985, buscando avaliar o rendimento de português e matemática de estudantes de segunda e terceira séries do ensino fundamental das escolas rurais. Essa política pública iniciada, no Brasil, na década de 1980, foi movida pelo incentivo proveniente das agências financiadoras transnacionais e, nesta perspectiva, foram lançados os pressupostos para a construção do que veio a se tornar, mais tarde, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Implantado em 1990, pelo MEC, através do Inep, o Saeb assumiu a função de avaliar, a partir de uma amostra representativa de sujeitos, utilizando uma amostragem matricial dos itens, alunos/as do ensino fundamental e médio das unidades federadas, em provas escritas de Língua Portuguesa e Matemática, tomando-o como um dos indicadores da qualidade do trabalho realizado pela escola (OLIVEIRA e ROCHA, 2007; FREITAS, 2007).

Já em 2013, o Saeb passou a ser composto também pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), regulamentada pela Portaria nº 482/13, a ANA não compõem o Ideb, e não tem a finalidade de estabelecer índices classificatórios e seu objetivo, entre



outros, é realizar um diagnóstico para aferir o nível de alfabetização dos/as alunos/as matriculados/as no 3º ano do ensino fundamental e levar o/a professor/a a reavaliar os seus métodos no intuito de melhorar a aprendizagem dos/as alunos/as com o objetivo de compor:

[...] indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Para tanto, assume-se uma avaliação para além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo-se, também, uma análise das condições de escolaridade que esse aluno (a) teve, ou não, para desenvolver esses saberes. A estrutura dessa avaliação envolve o uso de instrumentos variados, cujos objetivos são: aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições das instituições de ensino às quais estão vinculadas (INEP, 2013, p. 5).

A intenção desse instrumento, segundo Freitag e Rosário (2013), é que os dados aferidos funcionem para o/a professor/a e para a escola, como uma amostragem da habilidade leitora de estudantes e que, diante da constatação deles, o/a docente se sinta motivado/a para criar novas possibilidades de melhora no resultado, se negativo.

Cruz, Taveira e Souza (2016) destaca que a ANA possui características de uma avaliação externa por se configurar enquanto uma prova padronizada que possibilita viabilizar possíveis comparações entre os resultados e a definição de uma matriz de avaliação, em que os objetos de avaliação são especificados.

Sobre a utilização dos resultados dessas avaliações, Alavarse afirma que:

Conhecer e utilizar os resultados das avaliações externas nas salas de aula e cotejá-los com as avaliações internas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos e todas (ALAVARSE, 2013, p. 75)

Conforme Morais (2007), as avaliações em larga escala contribuem para avaliação da aprendizagem dos/as estudantes auxiliando as redes públicas de ensino, funcionando como uma ferramenta de auxílio para que os/as professores/as avaliem suas práticas pedagógicas, afim, de refletirem e ajustarem a sua prática educativa.

Nesse sentido, a avaliação deve ser colocada em favor das aprendizagens, tornando uma estratégia pedagógica na luta contra o fracasso escolar, pois está a serviço do sucesso escolar. Assim, seu objetivo é verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo/a professor/a em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino aprendizagem; busca proporcionar o *feedback* para o/a professor/a e para o/a aluno/a, durante o desenvolvimento do processo educacional. Em outras palavras, a avaliação é uma ferramenta norteadora, que auxilia no projeto educacional, proporcionando ao/à educador/a importante oportunidade de se planejar perante a realidade observada e caracterizada pelo processo avaliativo.

Percebe-se que há pesquisas e estudos que mostram pontos positivos,

posicionando-se em favor das avaliações em larga escala como a de Alves (2007), que apontou a melhora no desempenho dos/as estudantes nas avaliações externas, nos estados e municípios que efetivaram sistemas próprios de avaliação em larga escala. Já Franco, Alves e Bonamino (2007) acreditam que os resultados divulgam as políticas em execução e o desempenho dos/as estudantes. De acordo com Soares (2011), essas avaliações permitem que os governos fiscalizem a evolução da qualidade da educação, monitorando se as leis estão sendo cumpridas.

Por outro lado, há pesquisas que revelam os efeitos perversos desse tipo de avaliação como o ranqueamento escolar (SOUZA & OLIVEIRA, 2003); a imposição das políticas de avaliação aos/às profissionais de educação sem que haja esclarecimentos (FREITAS, 2007; SILVA, 2007), o excesso de testes de múltipla escolha que não avaliam o trabalho cotidiano de cada escola (ESTEBAN, 2009; CASSASUS, 2009) e ainda, conforme aponta Freitas (2007) há o estreitamento das práticas curriculares.

Assim nos posicionamos a favor de atores e autoras que não concedem a avaliação como um fim, de forma isolada e excludente, mas sim, como um processo contínuo, participativo e diagnóstico, com uma concepção dialógica, libertadora e emancipatória de educação.

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para definir o método que orientou o desenvolvimento deste estudo, consideramos a complexidade e especificidade do objeto pesquisado: Política de avaliação externa do sistema educacional brasileiro – Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), conforme descrito em pesquisas científicas. Logo, para o desenvolvimento do estudo, foram utilizadas bases teóricas alicerçadas em escritos científicos sobre o tema central, fazendo-se em um primeiro momento, um apanhado bibliográfico sobre a mesma e, em um segundo instante, uma caracterização descritiva explicativa sobre o assunto e posteriormente uma análise crítica abordando sua condição de ferramenta reguladora ou emancipadora.

O trabalho contou com uma fase bibliográfica que segundo Severino (2007, p. 122) é

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores ou devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos [...]

Deste modo, se torna possível coletar dados e ou categorias teóricas que estejam relacionadas ao nosso objeto de estudo, avaliação ANA, servindo como um marco teórico, no qual nos apoiaremos para o diálogo com a realidade investigada.

A busca por referenciais teóricos para a construção deste estudo teve como critério de seleção da bibliografia, autores/as que se apresentam em contraposição às perspectivas positivistas e que apontam alternativas e caminhos para se pensar avaliação com finalidades embasadas em pressupostos dialéticos, com intenções emancipatórias e de caráter reflexivo. Desta maneira o nosso estudo se pauta no pensamento dos seguintes autores: Afonso (2000), Alavarse (2013), Casassus (2009), Esteban (2009), Freitag e Rosário (2013), Freitas (2007), Freitas (2011), Gatti (1993), Luckesi (2010), Morais (2007), Perrenoud (1999), Saul (1991), Sobrinho (2008), entre outros. A partir da concepção destes, sobre o assunto e dos documentos legisladores e regimentais da avaliação externa ANA é que construímos a delimitação da problemática a ser explorada.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre a avaliação educacional, principalmente pela forma que vem sendo utilizada no cotidiano das escolas, visando unicamente em classificar, comparar, segregar e selecionar estudantes, remetendo a ideia de medir, o que não contribui, em nada, para a qualidade do aprendizado.

Desta maneira, Freitas afirma que

A avaliação é uma categoria pedagógica polêmica. Diz respeito ao futuro, portanto, mexe com a vida das pessoas, abre portas ou as fecha, submete ou desenvolve, enfim é uma categoria permeada por contradições” (FREITAS, 2011, pag. 07).

Nesse sentido, a avaliação emerge nas práticas educativas, ora como instrumento de desenvolvimento/emancipação ora como ameaça/control e regulação, dependendo da forma que está sendo planejada, praticada e utilizada no contexto escolar. Infelizmente, nos últimos anos, a avaliação diagnóstica, a favor de uma educação emancipatória e comprometida com a transformação social, tem sido colocada em segundo plano, atribuindo uma supervalorização as avaliações externas, como a ANA, com o mero objetivo, de identificar posições e rankings, seguidos, de responsabilização da escola e de seus profissionais por esses resultados. Essa mudança permitiu o que Lima (2011) chamou de “administração por controle remoto” dos sistemas de ensino.

Para Casassus (2013), tal controle tem sido exercido por meio dos resultados obtidos pelos/as estudantes em provas standardizadas e comparáveis ao longo do tempo, considerados evidência empírica dessa qualidade. Desta maneira, as avaliações ofereceriam, diagnóstico, informação, regulação, monitoramento e controle (tanto do indivíduo quanto do sistema educacional) e legitimação das políticas (AFONSO, 2000; BONAMINO, 2001; CASTRO, 2009a; HOUSE, 1998).

Para Coco e Sudbrack (2012), nesta proposta de criar métodos de avaliação, o Estado revela-se um regulador das ações desenvolvidas pelos estabelecimentos de ensino, a fim de alcançar a equidade, a eficiência e a qualidade da educação, metas

estas quantitativas, exigidas pelos agentes financeiros. Nessa perspectiva de obtenção de resultados, elaboram provas homogêneas para todo o país, desconsiderando os conhecimentos culturais e sociais de cada região e os contextos no qual se dão os processos educativos. “A avaliação baseada em provas psicométricas referidas à norma está desenhada para selecionar e não para incluir.” (CASASSUS, 2009, p. 76). As escolas passam a ter uma autonomia muito mais retórica do que real, sendo responsabilizadas pelos maus resultados obtidos e o Estado, por sua vez, ausenta-se das obrigações de protetor e defensor da sociedade civil.

Na visão de Luckesi (2010, p. 29):

“[...] a avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, tomada in genere, está a serviço de uma pedagogia dominante que, por sua vez, serve a um modelo social dominante, o qual, genericamente, pode ser identificado como modelo social liberal conservador (LUCKESI, 2010, p. 29).”

Geralmente essas avaliações buscam atingir metas quantitativas estabelecidas pelo governo, as quais as palavras de ordem são, controle, eficiência, eficácia, buscando apenas resultados e produtividade, desempenhando um papel muito mais político do que pedagógico reproduzindo, no espaço escolar, o que Perrenoud (1999) denomina de “Hierarquias de Excelência”, hierarquias estas que regulam e controlam tanto as ações de quem ensina, quanto de quem aprende.

Para Casassus (2009) as provas estandardizadas tem se afastado das suas reais finalidades que lhes são atribuídas socialmente, as mesmas converteram-se a meros instrumentos de ranqueamento, estabelecendo posições entre os sujeitos examinados, promovendo desigualdades, diminuindo a qualidade da educação. Para ele é um erro acreditar que esse tipo de prova mede o que sabem e/ou que sabem fazer os/as estudantes nas instituições escolares. É um erro ainda mais grave equiparar as pontuações obtidas a uma educação de qualidade (CASASSUS, 2009).

Qualidade não é pontuação. Uma educação de qualidade é o que se pode chamar de boa educação. Uma educação de qualidade tem a ver, essencialmente, com a capacidade que a instituição escolar tem para facilitar que as pessoas se transformem em melhores pessoas, que a sociedade se transforme em melhor sociedade. É uma atividade de conhecimento transformador. (GLASER, 1963 *apud* CASASSUS, 2009, p. 74).

Já para Garcia e Nascimento (2012, p. 97), a avaliação externa constitui-se em:

[...] uma forma de controlar os resultados educacionais, responsabilizar os educadores pelos resultados de suas ações, bem como imprimir padrão mínimo de qualidade à ação educativa [...] confere-se maior visibilidade aos atores locais, tornando os gestores, os professores e os funcionários das escolas responsáveis pelos resultados educacionais, sem que se preste a mesma visibilidade às ações que o Estado deveria empreender para que o trabalho educativo tenha qualidade efetiva.



Nesse sentido, a centralidade da avaliação externa, observada em nossas políticas públicas de educação ancorada na defesa da qualidade, pautam-se na neutralidade, meritocracia, classificação, seleção, competitividade, ensejando, assim, a perda de autonomia do/a professor/a, fomentando-se, desta maneira, um cenário onde os/as professores/as e as escolas são responsabilizados pelos resultados obtidos, eximindo o Estado de seus compromissos para com a educação, além de serem instrumentos limitados e contraditórios que não conseguem avaliar o processo em sua totalidade.

Não que estejamos querendo negar a importância e as contribuições da avaliação externa ANA, pois conforme Ravitch explicita:

A informação derivada dos testes pode ser extremamente valiosa, se os testes forem válidos e confiáveis. Os resultados podem mostrar aos estudantes o que eles aprenderam, o que eles ainda não aprenderam, e em que eles precisam melhorar. Eles podem dizer aos pais como seus filhos estão se saindo se comparados a outros de sua idade e série. Eles podem informar os professores sobre se os seus estudantes compreenderam o que foram ensinados. Eles podem permitir aos professores e administradores da escola a determinação de quais estudantes precisam de mais ajuda ou de métodos diferentes de ensino. [...] Eles podem informar líderes educacionais e políticos sobre o progresso do sistema educacional como um todo. Eles podem demonstrar quais programas estão fazendo a diferença e quais não estão, quais deveriam ser expandidos e quais deveriam ser encerrados. Eles podem ajudar a direcionar mais apoio, treinamento e recursos aos professores e escolas que precisam deles (RAVITCH, 2011, p. 172).

Entendemos aqui que, quando essa avaliação está comprometida com uma educação emancipatória e com a resolução dos problemas que surgem durante o percurso escolar, ela é fundamental para alcançarmos uma educação de qualidade. Contudo, para que essa avaliação se torne mais justa, devemos levar em consideração outros condicionamentos que influenciam no processo, tais como formação docente, investimento, estrutura física da escola, condições socioeconômicas dos/as alunos/as, entre outros.

Se conduzidas com metodologias adequadas e não se sustentarem numa perspectiva reducionista de formação, estas avaliações podem fornecer informações relevantes sobre o desempenho dos/as alunos/as, sobre o trabalho dos/as professores/as, sobre o funcionamento da escola e sobre as condições de trabalho (FREITAS et. al., 2011).

Para Sobrinho (2008, p. 202), esses instrumentos “[...] não são suficientes para a compreensão de uma realidade tão complexa como a educação e, se exclusivos, tampouco são instrumentos capazes de levar a grandes transformações pedagógicas”. Mas ela pode ser “[...] um bem comum a serviço da formação dos indivíduos para a vida social, do desenvolvimento institucional e dos projetos do Estado” (idem, p. 205), desde que ajude a “compreender e melhorar a realização dos processos educativos, cognitivos, psicossociais, estruturais e organizacionais” (idem, p. 205).

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, por uma avaliação emancipatória e libertadora. Nesse sentido, esta

avaliação “[...] está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a classificação de alternativas para a revisão desse real” (SAUL, 1991, p. 61).

Assumindo esta avaliação, se faz possível que, a partir dela, todos/as os/as envolvidos/as na prática pedagógica possam refletir sobre a própria evolução na construção do conhecimento, e que esta esteja voltada a garantir a aprendizagem significativa dos/as estudantes, como também a formação para a cidadania. E ainda, tendo o olhar sempre voltado para os contextos socioeconômicos e culturais dos sujeitos envolvidos, não excluindo nenhum/a estudante do processo de ensino e aprendizagem, mas incluindo-o/a como um ser crítico, ativo e participante dos momentos de transformação da sociedade.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de nossa experiência como educadoras e coordenadoras educacionais, e alicerçadas pelo conhecimento teórico sobre o tema em questão, percebemos que ainda existem algumas lacunas no processo avaliativo ANA a ser preenchido, para que esta avaliação se torne mais justa e comprometida com a transformação social.

Percebe-se que a ANA vem demonstrando características de uma avaliação de regulação e de controle, pela forma que vem sendo planejada, praticada e utilizada no contexto escolar, o que tem gerado impactos negativos no processo de ensino, pois a mesma se pauta na neutralidade, meritocracia, classificação, seleção, competitividade, ensejando assim, a perda de autonomia docente, fomentando-se, desta maneira, um cenário onde os/a professores/a e as escolas são responsabilizados/as pelos resultados obtidos, eximindo o Estado de seus compromissos para com a educação, além de serem instrumentos limitados e contraditórios que não conseguem avaliar o processo em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A.. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas educativas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2000.

ALAVARSE, O. M. **Avaliar as avaliações em larga escala: desafios políticos.** *Revista Educação*, São Paulo, 2013.

ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios.** Tese (Doutorado em Educação) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

BONAMINO, A.C. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências.** Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais:**

ano 01, unidade 07. Brasília: MEC\SEB, 2012d.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e Anísio Teixeira. Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). *Documento básico*. Brasília, DF: INEP, 2013.

CASASSUS, J. Uma nota crítica sobre a avaliação estandarizada: a perda de qualidade e a segmentação social. **Revista de Ciências da Educação**, v.9, p. 71-78, 2009.

CASASSUS, J. Política y metáforas: un análisis de la evaluación estandarizada en el contexto de la política educativa. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. (Org.). Vinte e cinco de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origens e pressupostos. Florianópolis: Insular, 2013. p 21-46.

CASTRO, M.H.G.A consolidação da política de avaliação da educação básica no Brasil. **Meta: avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 271-296, set./dez. 2009a.

COCCO, E.M.; SUDBRACK, E.M.. Avaliação no contexto escolar: regulação e/ou mancipação. In: Anais do IX ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, v. 1, 14 p., 2012.

CRUZ, M.C.S.; TAVEIRA, A.S.; SOUZA, S.L. Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): Contribuições deste Instrumento na Percepção de Gestores e Professores. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 183-215, 2016.

DAVIS, C. & DIETZSCH, M.J.M. Avaliação da Educação básica no nordeste brasileiro: estudo do rendimento escolar na zona rural. **Cadernos de Pesquisa**, n.46, pp. 5-15, ago. São Paulo, 1983.

ESTEBAN, M. T. Província Brasil: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância. **Sísifo - revista de ciências da educação**, n.º 9, Avaliação em Educação: Perspectivas Ibero-Americanas. Mai/Jun/Jul/Ago, 2009, p. 47-56.

FRANCO, C. ALVES, F. & BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 989-1014, out. 2007.

FREITAG, R.M.; ROSÁRIO, M.M.S. A província brasil na visão dos professores. **Revista Prolíngua**, v. 8, N. 1, p. 03 – 18, 2013.

FREITAS, D.N.T. de. **Avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L.C. de; [et.al.]. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

GARCIA, L.T. dos S.; NASCIMENTO, L.B. do. O Estado avaliador e a construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). In: CASTRO, A.M.D.A.; FRANÇA, M. (orgs.) Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília, Liber Livro, 2012.

GATTI, B.A. O rendimento escolar em distintos setores da sociedade. **Estudos em avaliação Educacional**, FCC, n. 7, pp. 95-112, jan./jun. São Paulo, 1993.

GOMES NETO, J.B. & ROSENBERG, L. Indicadores de qualidade do ensino e seu papel no Sistema Nacional de Avaliação. **Em Aberto**, INEP, vol. 15, n. 66, pp. 12-25, abr./Jun. Brasília, 1995.

HOUSE, E.. Arranjos institucionais para avaliação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 1998, Brasília. **Anais...** Brasília: MEC; Inep; Unesco, 1998.

LIMA, L.C. Avaliação, competitividade e hiperburocracia. In: ALVES, P.; DE KETELE, J.M. (Org.). **Do**

**currículo à avaliação, da avaliação ao currículo.** Porto: Porto, 2011. p. 71-82.

LUCKESI, C.C.. **A avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAIS, A. G. **Concepções e metodologias de alfabetização:** por que é preciso ir além da discussão sobre velhos métodos. [Recife], 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_moarisconcpmetodalf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_moarisconcpmetodalf.pdf).

INEP. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA):** documento básico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2013/livreto\\_ANA\\_online.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf)>. Acesso em 03 jun. 2017.

OLIVEIRA, M. A. M.; ROCHA, G. Avaliação em larga escala no Brasil nos primeiros anos do Ensino Fundamental. In: XXIII Simpósio Brasileiro da ANPAE, 2007, Porto Alegre. Cadernos ANPAE. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da Excelência à Regulação das Aprendizagens. Artmed Editora: Porto Alegre, 1999.

QUEIROZ, M.A. **EDURURAL / NE no Rio Grande do Norte: o desafio de transformar a administração educacional municipal (1980/1985-1987).** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano:** como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAUL, A.M.. **Avaliação emancipatória:** desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

SILVA, M. J. A. O sistema mineiro de avaliação da educação pública: impactos na escola fundamental de Uberlândia. *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 5, 2007, pp. 241-253.

SOARES, J. F. Análise dos pressupostos educacionais e estatísticos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). In: *10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SOUZA, S. Z. & OLIVEIRA, R. P. Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, setembro de 2003.

SOBRINHO, J.D.. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar., 2008.



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme:** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-374-3

